



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
Vol. XVI (2015)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Negócios matrimoniais entre Portugal e França no tempo de Francisco I (1515–1547)

Diogo Faria 

Como Citar | How to Cite

Faria, Diogo. 2015. «Negócios matrimoniais entre Portugal e França no tempo de Francisco I (1515–1547)». *Anais de História de Além-Mar* XVI: 407–429. <https://doi.org/10.57759/aham2015.36916>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2015. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2015. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Negócios matrimoniais entre Portugal e França no tempo de Francisco I (1515–1547)*

Diogo Faria**

Anais de História de Além-Mar XVI (2015): 407–429. ISSN 0874-9671

Resumo

Neste estudo procura-se perceber o papel da política matrimonial no âmbito das relações entre Portugal e França durante o reinado de Francisco I. Para isso, são analisados os vários projetos de casamentos, todos falhados, entre membros das casas reais portuguesa e francesa nesse período. Em relação a cada um deles, procura-se: apurar os interesses das duas Coroas na sua concretização; explicar as razões do seu fracasso; conhecer a forma como decorreram as negociações; identificar os agentes que as protagonizaram.

Palavras-chave: casamentos, diplomacia, França, Portugal, século XVI.

Data de submissão: 02/07/2015

Data de aprovação: 20/10/2015

Abstract:

This study seeks to understand the role of marriage policy in the context of relations between Portugal and France during the reign of Francis I. For this, are analyzed several projects of marriages between members of the Portuguese and French royal houses during that period, all failed. For each of them, we seek to: assess the interests of the two crowns in its implementation; explain the reasons for its failure; know how the negotiations occurred; identify the agents responsible for them.

Keywords: marriages, diplomacy, France, Portugal, sixteenth century.

Date of submission: 02/07/2015

Date of approval: 20/10/2015

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no colóquio *Portugal e França no tempo de Francisco I: Política, Diplomacia, Relações Culturais* organizado pelo Centro de História d'Aquém e d'Além Mar e realizado em Lisboa nos dias 2 e 3 de março de 2015.

** Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), Portugal. Bolseiro de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/92197/2013). E-mail: diogopintofaria@gmail.com

Negócios matrimoniais entre Portugal e França no tempo de Francisco I (1515–1547)

Diogo Faria

Em 10 de outubro de 1577 morreu em Lisboa a infanta D. Maria. Fruto do casamento de D. Manuel I com Leonor de Áustria, o terceiro do monarca português, ficou órfã de pai aos seis meses. E, na prática, também perdeu a mãe aos dois anos. Estas circunstâncias, a par dos sucessivos e sempre falhados projetos de casamento, marcaram profundamente quer a vida desta mulher, quer a imagem que ainda hoje dela subsiste. «Órfã e sempre noiva», assim a descreveu Carolina Michaëlis¹. Com a morte desta infanta, desaparecia o filho do *Venturoso* que, porventura, mais perto esteve de vir a contrair matrimónio com um elemento da casa real francesa. Mas não foi o único, e é disso que este texto trata: dos projetos de casamento entre filhos de D. Manuel I e familiares de Francisco I de França, que, em diversos momentos, em contextos distintos e com protagonistas diferentes, foram negociados, mas nunca concretizados.

Tocar-se-á em alguns assuntos que são razoavelmente conhecidos: o casamento de D. João III, a ambição de fazer do infante D. Luís duque de Milão, os esforços de D. Leonor para levar para junto de si a filha Maria. Salvo em aspetos pontuais, será revisitada documentação que já tem sido trabalhada e avançar-se-á poucos dados novos do ponto de vista factual. Procurar-se-á efetuar, contudo, um exercício que ainda não foi feito: olhar para a política matrimonial da casa real portuguesa na primeira metade do século XVI tendo como horizonte as relações diplomáticas entre Portugal e França. Nesse sentido, este trabalho tem três objetivos: i) identificar as hipóteses de matrimónios entre membros das duas casas reais que foram levantadas entre 1515 e 1547; ii) perceber as motivações das duas coroas para cada um desses casamentos; iii) explicar a não concretização desses projetos.

Não é possível dissociar os negócios matrimoniais do cenário global, político e económico, das relações entre Portugal e França. Além disso, as relações entre Portugal e França desta altura não poderão ser compreendidas se não for introduzido outro elemento nesta equação: Carlos V. Será feito, por

¹ Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas Damas (1521–1577)*, [2.^a ed. fac-similada], Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1994, pp. 17–26.

isso, um esforço de contextualização breve de cada um dos tópicos abordados, tendo sempre em conta que o objeto central deste estudo é apenas a política matrimonial.

Há, no entanto, um aspeto deste enquadramento e da visão que grande parte da historiografia tem sobre ele que me parece merecedor de discussão: a famosa neutralidade da política externa portuguesa na altura de D. João III. Uma ideia instalada, pelo menos, desde o tempo em que o Visconde de Santarém escreveu sobre ela², e que só recentemente tem vindo a ser alvo de alguma revisão³. Durante muito tempo, prevaleceu em quase toda a produção historiográfica sobre a diplomacia medieval e renascentista portuguesa uma visão eminentemente geopolítica, tendente a valorizar, porventura em excesso, o quadro genérico das alianças e inimizades entre as diferentes entidades políticas, que teriam como alternativa a neutralidade⁴. Relativamente aos anos finais do reinado de D. Manuel I e ao tempo de D. João III, o raciocínio básico sobre as relações de Portugal com o vizinho ibérico e com a França é, de forma simplificada, o seguinte: Espanha⁵ esteve décadas em guerra com a França; Portugal foi aliciado pelas duas potências, mas nunca entrou no conflito; logo, a política externa portuguesa foi neutral. Este último aspeto é particularmente sublinhado⁶. Sendo certo que Portugal não participou nestas guerras, será assim tão evidente e absoluta a sua neutralidade? Como já demonstrou Isabel

² O Visconde de Santarém classificou a capacidade de tanto D. Manuel I como D. João III se terem mantido neutrais face às guerras que se travavam na Europa como uma «obra prima de habilidade». Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, Tomo III, Paris, J. P. Aillaud, 1843, p. LXIV.

³ Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond BRAGA, *Península Ibérica: um espaço, dois reinos (inter-relações na época de Carlos V)*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996, pp. 566-71; Paulo Drumond BRAGA, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002, pp. 147-9.

⁴ É essa a abordagem predominante nas sínteses sobre a história diplomática portuguesa publicadas nas últimas décadas: José Manuel FRAGOSO, *A História Diplomática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 1997; Jorge Borges de MACEDO, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, [2.^a ed.], Lisboa, Tribuna da História, 2006 [1987]; Pedro Soares MARTÍNEZ, *História Diplomática de Portugal*, [3.^a ed.], Coimbra, Almedina, 2010 [1985].

⁵ Por conveniência de linguagem, mas correndo o risco de alguma imprecisão, utilizarei o termo «Espanha» ao longo deste texto para me referir ao conjunto dos territórios peninsulares que não incluíam Portugal. Na realidade, Carlos V, entre muitos outros títulos, autodesignava-se na documentação como rei de Castela, de Leão, de Aragão, de Navarra e de Granada, e não como rei de *Espanha*. Veja-se, por exemplo, uma carta que enviou a D. Manuel I em 9 de julho de 1521, a propósito de uma armada que preparava contra os franceses: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Corpo Cronológico*, parte I, maço 27, n.º 27.

⁶ Abordando este período, Jorge Borges de Macedo refere uma «estrita neutralidade portuguesa, não só na Península como Europa»: J. B. MACEDO, op. cit., p. 121. Pedro Soares Martínez, que considera que «toda a 2.^a dinastia é caracterizada, do ponto de vista da política externa, por um longo período de neutralidade em face dos conflitos que dividiram os Estados cristãos», fala mesmo num reino «conscientemente alheado dos problemas da Europa»: P. S. MARTÍNEZ, op. cit., pp. 133-4.

Drumond Braga, sempre que, empurrado pelas circunstâncias, D. João III teve de tomar uma posição, essa foi clara: esteve ao lado do imperador⁷. É verdade que nunca entrou em rutura com a França... mas também nunca aceitou aproximações que pudessem vir a tornar-se muito comprometedoras. Esta reflexão será retomada na conclusão. Por ora, antes de se entrar na realidade europeia dos últimos anos do reinado de D. Manuel I, veja-se em linhas breves qual era o histórico de relações matrimoniais entre Portugal e França antes do século XVI.

Uma história com pouco para contar: alianças matrimoniais entre as casas reais portuguesa e francesa antes do século XVI

As ligações familiares entre as casas reais portuguesa e francesa remontam à origem deste reino peninsular. O conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, era bisneto do rei Roberto II de França e neto do primeiro duque da Borgonha, Roberto. Era, ainda, sobrinho-neto do famoso abade Hugo de Cluny. Este lastro familiar do primeiro monarca português, tão estreitamente relacionado com o espaço francês, teve pouca sequência no que toca a alianças matrimoniais entre os dois reinos, quer no seu tempo, quer nos séculos seguintes. É verdade que Afonso Henriques casou com uma mulher, Mafalda ou Matilde, oriunda do ducado da Saboia, cujo território, em parte, localiza-se atualmente em França. No século XII, contudo, integrava o Sacro Império Romano Germânico. Além disso, uma filha deste soberano, Teresa, casou em 1184 com o conde da Flandres, um vassalo do rei de França dotado de grande autonomia, não se podendo falar propriamente, por isso, numa aproximação entre as duas casas reais⁸.

No final de 1211, concretiza-se uma nova ligação à casa da Flandres. Desta vez o noivo é Fernando, filho de D. Sancho I, que desposa Joana, herdeira do condado. É possível que esta aliança tenha sido em grande medida promovida pela tia do infante português⁹.

Alguns anos depois, em 1239, outro filho segundo de um rei de Portugal casa em França. Desta vez é Afonso, filho de Afonso II e irmão de Sancho II, que se torna cônjuge de Matilde, condessa de Bolonha¹⁰. De novo, terá sido uma tia do noivo uma das principais responsáveis pelo enlace: Branca de

⁷ I. M. R. M. D. BRAGA, *op. cit.*, pp. 566–7.

⁸ Sobre a ascendência, o casamento e a descendência de D. Afonso Henriques, veja-se: José MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 27–30, 217–29, 372–3.

⁹ Cf. Hermínia Vasconcelos VILAR, *D. Afonso II. Um rei sem tempo*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 107–8.

¹⁰ Do condado de Bolonha, em França, com capital em Boulogne-sur-Mer.

Castela, viúva de Luís VIII de França e regente do reino, irmã de Urraca de Castela, rainha de Portugal pelo casamento com Afonso II. Como é sabido, este Afonso que não nasceu para ser rei acabaria por sê-lo a partir de 1248, após ter regressado ao reino em 1245 para enfrentar o irmão numa guerra civil. Matilde tornava-se, assim, a primeira rainha «francesa» de Portugal. Foi sol de pouca dura. Não tendo gerado qualquer herdeiro, foi repudiada em 1253¹¹.

Tanto quanto sei, não houve negociações sérias para que se concretizasse qualquer matrimónio entre membros destas duas casas reais até ao tempo de D. Afonso V. É certo que antes, em 1430, Isabel, filha de D. João I, casou com o duque da Borgonha, Filipe *o Bom*, mas há que ter em conta que, nessa altura, essa entidade política, ainda que vassala da Coroa francesa, era aliada da Inglaterra no quadro da Guerra dos Cem Anos.

Em 1451, uma filha de D. Duarte e irmã de D. Afonso V, Leonor, casou-se com o imperador Frederico III do Sacro Império Romano Germânico. No entanto, esse enlace terá sido precedido de negociações para uma ligação à coroa francesa, através do Delfim. Segundo o cronista aragonês Jerónimo Zurita, o filho do rei França pediu a mão da infanta portuguesa «con mucha instancia»¹². Joaquim Veríssimo Serrão considera que foi esse o motivo que levou Frei Gil Lobo a França como embaixador do rei de Portugal¹³, numa missão cujas despesas se encontram documentadas¹⁴. Para o mesmo autor, «as negociações falharam por motivos talvez não difíceis de explicar»: por um lado, suspeitava-se que o Delfim tivesse responsabilidades na morte da sua primeira mulher, Margarida da Escócia; por outro, nessa altura já se procurava firmar o seu casamento com Carlota, duquesa da Saboia¹⁵.

Dez anos mais tarde, o rei Juan II de Aragão deu instruções ao seu embaixador Joan Gomez d'Abrego para que sugerisse a D. Afonso V o seu matrimónio com uma irmã do novo rei de França, Luís XI, «mujer de provecta edat e assaz conforme a la del dicho rrey»¹⁶. Sugestão inconsequente... Ainda

¹¹ Cf. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, pp. 67–8.

¹² Jerónimo ZURITA, *Anales de Aragón*, ed. Ángel Canellas López, ed. electrónica José Javier Isso (coord.), Saragoça, Institución Fernando el Católico, 2003. Disponível em: <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ebooks/id/2448>. Livro XV, cap. LVIII.

¹³ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Relações Históricas entre Portugal e a França*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 78.

¹⁴ Jorge FARO, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 78.

¹⁵ J. V. SERRÃO, op. cit., p. 78.

¹⁶ DINIS, António Joaquim Dias (ed.), *Monumenta Henricina*, Vol. XIV, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1973, doc. 61, pp. 180–3.

assim, quando o *Africano*, quase vinte anos depois, procurou em França apoio para a guerra contra Castela, circulou na Península Ibérica o rumor de que esse enlace se poderia concretizar¹⁷.

Por aqui se ficam, tanto quanto me foi possível apurar as ligações matrimoniais (concretizadas ou apenas negociadas) entre membros da casa real portuguesa e elementos da realeza francesa ou de grandes casas nobres desse reino. O balanço não deixa se ser um pouco pobre: não houve rainhas portuguesas em França e só houve uma rainha francesa em Portugal, que acabou repudiada. É preciso avançar alguns anos até ao tempo de D. Manuel I de Portugal e de Francisco I de França para ver esta situação, de novo, perto de mudar.

O casamento de D. João III

No primeiro dia de janeiro de 1515 subiu ao trono Francisco I¹⁸. Não era filho de rei e não nasceu para reinar, bem se podendo dizer que também ele foi venturoso na forma como alcançou o poder, na sequência da morte de três filhos de Carlos VIII e de dois nados-mortos de Luís XII. Logo no primeiro ano do reinado, Francisco promoveu uma aliança com um vizinho poderoso, Carlos de Gand, senhor dos Países Baixos, acordando o casamento desse príncipe com a sua cunhada Renata e cedendo-lhe o ducado de Berry. Em janeiro de 1516, morreu Fernando *o Católico*. Sucedeu-lhe o neto, o mesmo Carlos, que assim juntava às suas possessões no Norte da Europa os reinos de Castela, Leão, Nápoles e Sicília. Em agosto desse ano, assinou-se em Noyon um tratado entre Carlos e Francisco que, entre várias outras cláusulas, reformulou o projeto de casamento do rei de Espanha: a sua noiva deixava de ser Renata e passava a ser Luísa, filha de Francisco que ainda não tinha completado um ano, ou, caso ela viesse a falecer antes de casar, outra filha que os monarcas franceses viessem a ter¹⁹. É nesta altura que entra em cena D. Manuel I, rei de Portugal desde 1495, à data com oito filhos solteiros, entre eles o príncipe D. João.

Antes de entrar em mais pormenores, façamos um ponto da situação sobre o que tem sido escrito relativamente a hipotéticas alianças matrimoniais entre

¹⁷ J. ZURITA, op. cit., Liv. XIX, cap. LX.

¹⁸ Segui duas biografias de Francisco I: Jean JACQUART, *François I^{er}*, Paris, Fayard, 1981; Cédric MICHON, *François I^{er}. Les femmes, le pouvoir et la guerre*, Paris, Belin, 2015.

¹⁹ Lucien BÉLY, «Les temps modernes (1515–1789)» in Françoise Autrand *et al*, *Histoire de la Diplomatie Française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*, Paris, Editions Perrin, 2007, pp. 179–470, *maxime* pp. 199–200, 202. Gaspar CORREIA, *Crónicas de D. Manuel I e D. João III (até 1533)*, Ed. José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 189.

Portugal e França nos últimos anos do reinado do *Venturoso*. Têm sido três as ideias veiculadas:

1. Em 1510, João da Silveira foi enviado pela primeira vez como embaixador a França. Segundo Margarida Garcez Ventura, a sua missão teria como objetivo o estabelecimento de acordos de parentesco entre as duas coroas, o que não se veio a concretizar. Não se sabe ao certo que diligências concretas nesse sentido chegaram a ser empreendidas²⁰.
2. Ainda no tempo de D. Manuel, escreveu Francisco de Andrada, veio a Portugal Honoré de Caix, embaixador do rei de França, propor o casamento do príncipe D. João com Carlota, filha de Francisco I²¹.
3. Finalmente, sabemos que em maio e em junho de 1521, Cristóbal Barroso, embaixador de Carlos V em Lisboa, referiu em cartas a Gattinara, chanceler-mor e um dos mais próximos conselheiros do imperador, que D. Manuel estava a negociar o matrimónio do príncipe com Renata, a cunhada de Francisco I²².

Aprofundemos cada uma destas ideias.

Como já disse, não há informações específicas sobre as eventuais negociações de 1510, ou seja, não sabemos de quem terá partido a iniciativa de promover uma aproximação entre as duas coroas nem conhecemos as possibilidades de matrimónio que poderão ter sido levantadas. O máximo que podemos fazer é levantar hipóteses. Do lado de Portugal havia, à data, seis infantes solteiros, tendo o mais velho, o príncipe D. João, oito anos. Em França, estavam disponíveis as duas filhas de Luís XII: Cláudia, de onze anos, que viria a casar com o primo Francisco; e Renata, com poucos meses. A terem efetivamente existido, parece verosímil que estas negociações se destinassem à concretização de um casamento entre D. João e Cláudia. Que interesses poderiam ver as duas Coroas nessa aliança? Para a França, este matrimónio era uma oportunidade de atenuar a solidez do bloco político peninsular constituído pelos reinos de Aragão, Castela e Portugal. Não seria a primeira vez que essa monarquia desenvolvia esforços nesse sentido: segundo Jerónimo Zurita, as dificuldades na obtenção da dispensa papal para o segundo casamento de D. Manuel com uma filha dos *Reis Católicos*,

²⁰ Margarida Garcez VENTURA, *João da Silveira. Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983, pp. 22-4.

²¹ Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello e Irmãos Editores, 1976, cap. XIV, p. 30.

²² Charles PIOT, «Correspondance politique entre Charles-Quinte et le Portugal de 1521 à 1522», *Compte Rendu des Séances de la Commission Royale d'Histoire, ou Recueil de ses Bulletins*, 4.^a série, Tomo 7 (1880), pp. 11-110, *maxime* pp. 49, 54.

concretizado em 1500, deveram-se, em grande parte, às pressões de Luís XII de França sobre Alexandre VI²³. Do lado português, uma aliança com França poderia ser encarada como uma demonstração de força e, simultaneamente, uma forma de pressão sobre Fernando de Aragão, numa altura em que o relacionamento deste monarca com o *Venturoso* era bastante tenso, devido às ambições que ambos tinham em Marrocos²⁴. No entanto, a missão diplomática de João da Silveira em França em 1510 foi, pelo menos a este nível, infrutífera, e o desencadear da guerra entre Luís XII e o velho monarca aragonês poucos meses depois terá deitado por terra as condições em que estas alianças haviam sido pensadas²⁵.

A segunda vez em que se terá colocado a possibilidade de casar o príncipe D. João com uma francesa foi nos últimos anos do reinado de D. Manuel. Francisco de Andrada, abordando a embaixada encabeçada por Honoré de Caix²⁶ que chegou a Portugal nos primeiros anos do reinado de D. João III, refere: «em tempo del Rey dom Manoel viera a elle [reino de Portugal] outra vez mouer casamento de madama Carlota filha deste mesmo Rey Francisco co principe dom João»²⁷. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, foi em 1519 que decorreu essa negociação²⁸, o que se compreende face ao contexto internacional. Não nos esqueçamos que em 1516 tinha sido acordado o casamento de Carlos V com Luísa, filha mais velha de Francisco I, ou com outra descendente deste monarca, caso a primeira falecesse, o que efetivamente aconteceu em setembro de 1517. Ou seja, a Carlota que Honoré de Caix terá proposto que casasse com o príncipe esteve comprometida com Carlos V entre os últimos meses de 1517 e, suponho, os primeiros de 1519, altura em que, na sequência da morte de Maximiliano, o já rei de Espanha e o monarca francês disputam o trono imperial²⁹. Ao que tudo indica, esta proposta foi bem acolhida pelo *Venturoso*, que não desdenharia uma aproximação à

²³ Citado por João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 169.

²⁴ J. P. O. COSTA, op. cit., pp. 281–3; M. G. VENTURA, op. cit., p. 22.

²⁵ M. G. VENTURA, op. cit., p. 23.

²⁶ Segui dois textos sobre a vida e a carreira de Honoré de Caix, que ao longo de quase quatro décadas representou os monarcas franceses em Portugal: Joaquim Veríssimo SERRÃO, «Notas sobre a embaixada de Honorato de Cais em Portugal 1523–1537», *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 1 (1969), pp. 161–94; Ana Isabel BUESCU, «Honoré de Caix, embaixador de Francisco I na corte portuguesa» [texto inédito, apresentado no *Colóquio Internacional Portugal e a França no tempo de Francisco I. Política, Diplomacia, Relações Culturais*, que decorreu em Lisboa nos dias 2 e 3 de março de 2015]. Agradeço à Prof.^a Doutora Ana Isabel Buescu a cedência do seu texto inédito.

²⁷ F. ANDRADA, op. cit., cap. XIV, p. 30.

²⁸ J. V. SERRÃO, art. cit., pp. 164–5.

²⁹ L. BÉLY, op. cit., pp. 203–4.

França, após ter pouco tempo antes reforçado a sua posição face ao imperador³⁰. Não nos esqueçamos que, em 1518, D. Manuel tinha casado, pela terceira vez, com Leonor de Áustria, irmã de Carlos V. E, nessa altura, era muito evidente a vontade de o rei português se aproximar da casa imperial. Dá conta disso, por exemplo, a minuta de uma carta que terá sido enviada por D. Manuel a João Brandão, feitor em Antuérpia, em 1516. Nesse documento, o sucessor de D. João II mostra-se confiante no futuro insucesso da aliança matrimonial, então acordada, entre Carlos V e Francisco I, tendo em conta a idade da noiva, que era muito jovem. Além disso, o monarca assume o interesse que tinha em concretizar o casamento da irmã do rei de Espanha com o seu filho³¹ (mas acabaria por ser ele próprio a desposar Leonor). Esta carta é reveladora do posicionamento imediato de D. Manuel perante as importantes transformações políticas que se adivinhavam quando, em 1515-1516, dois herdeiros não só de reinos, mas também de sonhos antagónicos (o sonho italiano de Francisco, por um lado, e o sonho borgonhês de Carlos de Gand, por outro³²) se sentaram nos tronos de França e Espanha: a posição de D. Manuel passava, num primeiro momento, pelo reforço da sua relação com um vizinho extremamente poderoso, que poderia vir a ser acompanhada, um pouco mais tarde, pela aproximação ao seu principal rival.

Esta ideia é de certa forma confirmada pela correspondência trocada entre o embaixador de Carlos V em Lisboa, Cristobal Barroso, e o chanceler-mor do imperador, Gattinara, nos últimos meses de vida de D. Manuel. Como já referi, o diplomata mencionava negociações com o reino de França tendo em vista o casamento de D. João com Renata, cunhada de Francisco I. Desde logo, impõe-se questionar a que se deve esta alteração na noiva, se tivermos em conta a proposta apresentada pouco antes por Honoré de Caix. Em vez de Carlota, filha do próprio rei, o consórcio projetado em 1521 envolvia a irmã da rainha francesa, filha do anterior monarca, Luís XII. Tendo em conta que Carlota, entretanto, nem tinha falecido, nem tinha casado ou sido prometida a outro pretendente, parece-me que pode ter sido a idade da infanta francesa a motivar esta mudança. Na altura das negociações, Carlota ainda não tinha completado cinco anos, enquanto a sua tia estava prestes a atingir os onze. Ou seja, tendo D. Manuel a possibilidade de optar entre uma e outra para casar o seu herdeiro, a escolha passava por um consórcio concretizado passado cerca de três anos ou outro que só poderia ser consumado quase dez anos depois.

³⁰ J. P. O. COSTA, op. cit., p. 365.

³¹ ANTT, *Fragmentos*, caixa 3, maço 1, doc. 67. Agradeço ao Dr. Pedro Pinto a indicação deste documento.

³² L. BÉLY, op. cit., p. 196.

É certo que, em 1521, o *Venturoso* não tinha razões para se preocupar demasiado com a sua sucessão, pois tinha oito filhos vivos. Ainda assim, não parecia fazer muito sentido esperar uma década para que o seu herdeiro, à data com 19 anos, pudesse casar e começar a gerar a sua própria descendência. Acontece que, em 13 de dezembro de 1521, D. Manuel morreu sem chegar a concretizar qualquer aliança. Passava nessa data para as mãos do novo monarca, D. João III, a decisão sobre qual seria a melhor noiva para si próprio e para o reino que então começava a governar.

As fontes que nos permitem acompanhar a evolução desta questão são, uma vez mais, a *Crónica* de Francisco de Andrada e a correspondência do embaixador de Carlos V em Lisboa³³.

Pouco tempo depois da morte do *Venturoso*³⁴, Honoré de Caix foi enviado a Portugal como embaixador do rei francês, com dois objetivos: confirmar a paz entre os dois reinos e negociar o casamento do novo monarca com Carlota. Uma vez mais, este dado não coincide com a informação transmitida por Cristobal Barroso, que refere que era Renata a potencial noiva em causa. O primeiro aspeto da missão de Honoré foi imediatamente alcançado: D. João III confirmou e jurou a paz com França. No que toca ao casamento, diz o cronista que o rei «lhe respondeo que se não podia tratar com efeito sem mais bastantes e mais largos poderes que os elle trazia». Ou seja, considerou que o diplomata não se apresentou perante si formalmente autorizado a negociar um matrimónio. É certo que não conhecemos as procurações que Honoré de Caix teria consigo nesta embaixada, mas esta resposta do monarca português constitui um primeiro indício de que o seu interesse nesta negociação não era grande. Ou, mesmo que o fosse, não era sua vontade comprometer-se imediatamente, preferindo ganhar tempo. Honoré de Caix regressou a França, mas terá voltado a Portugal ainda no mesmo ano, dessa vez devidamente investido em poderes por Francisco I para ajustar um negócio matrimonial entre as duas casas reais³⁵.

As missões do diplomata francês terão sido precedidas de troca de correspondência destinada a lançar as bases de um entendimento. Pelo menos é isso que indicia a carta que Cristobal Barroso enviou a Gattinara em 22 de maio de 1522. Nela o embaixador do imperador refere as missivas que

³³ Tendo consultado a única crónica oficial de Francisco I que conheço, lá não encontrei qualquer referência a Portugal, a D. Manuel I ou a D. João III. Georges GUIFFREY (ed.), *Chronique du roi François, premier de ce nom*, Paris, Librairie de la Société de l'Histoire de France, 1860.

³⁴ Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, Honoré de Caix chegou a Portugal em março de 1523. J. V. SERRÃO, art. cit., pp. 166–8.

³⁵ F. ANDRADA, op. cit., cap. XIV, p. 30. Joaquim Veríssimo Serrão não refere no seu estudo esta segunda embaixada sobre o mesmo assunto.

havia chegado de França, enviadas quer pelo rei Francisco I, quer pela sua mãe, destinadas ao novo monarca e à rainha velha, D. Leonor, viúva de D. João II. Nesses documentos seria proposto o casamento de D. João III com Renata, sendo até indicado o dote que teria sido avançado: 400 000 ducados, acrescidos de 30 000 ducados anuais e de grandes promessas para a rainha velha. Barroso menciona ainda que as negociações também poderiam envolver os infantes irmãos do monarca, mas não diz quais nem fala em propostas concretas. O rei de Portugal estaria inclinado a aceitar essa oferta. Foi essa, pelo menos, a impressão com que o embaixador ficou após falar com ele. Ao que parece, a sua tia-avó, D. Leonor, faria grande pressão para que se concretizasse a aproximação a França, mas Barroso esforçou-se desde logo por demonstrar as vantagens de uma aliança com o imperador³⁶. E a verdade é que, poucos meses depois, D. João III enviava Luís da Silveira a Castela, com o objetivo de negociar tanto o seu casamento como o da sua irmã Isabel com o próprio imperador³⁷.

Voltemos a Honoré de Caix. Como já se disse, é possível que o embaixador francês, após uma primeira resposta evasiva ou negativa, tenha regressado a Portugal devidamente credenciado. Essa segunda missão num curto espaço de tempo, a ter existido, é reveladora da insistência do monarca francês no estreitamento de relações com Portugal. Diz o cronista que foi nessa altura que se estabeleceram negociações entre Honoré de Caix e D. João III, com o monarca a esforçar-se por retardar a tomada de uma posição definitiva, enquanto o diplomata não desistia do seu objetivo. Segundo Andrada, esse impasse durou até que de França chegou a notícia da morte de Carlota³⁸. Esta informação não está correta, uma vez que a princesa francesa faleceu em setembro de 1524, numa altura em que o contrato de casamento de D. João III com Catarina de Áustria, irmã do imperador, estava assinado há alguns meses. Há indícios, até, de que Honoré de Caix, nessa altura, já descrente no cumprimento do seu objetivo primordial, tinha traçado outro: impedir a concretização da aliança matrimonial Portugal e o Império³⁹. Além de que, como já disse, parece-me muito mais verosímil que se estivesse a negociar o casamento do rei de Portugal com a cunhada do rei de França, Renata, do que com a sua filha. Seja como for, o que justificará o insucesso das pretensões matrimoniais francesas?

³⁶ C. PIOT, *op. cit.*, pp. 96-7.

³⁷ F. ANDRADA, *op. cit.*, cap. XVI, pp. 34-6. I. M. R. M. D. BRAGA, *op. cit.*, p. 30. Ana Isabel BUESCU, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008. pp. 166-7.

³⁸ F. ANDRADA, *op. cit.*, cap. XIV, p. 30.

³⁹ J. V. SERRÃO, *art. cit.*, p. 170.

Nos primeiros anos do reinado de D. João III, o panorama político internacional tinha sofrido alterações importantes face ao tempo em que, ainda com D. Manuel, se começara a levantar a hipótese de D. João vir a casar com uma nobre francesa. Nesta altura, Carlos V e Francisco não eram apenas rivais. Eram inimigos declarados e enfrentavam-se numa guerra em que se disputava o ducado de Milão e que se prolongaria durante cerca de cinco anos. Perante este cenário, a escolha da noiva de D. João III tornava-se um assunto mais delicado. Segundo Francisco de Andrada, esse problema, ao qual se associava o do casamento da infanta D. Isabel com o próprio imperador, foi discutido no conselho régio e deu origem a dois partidos: de um lado, encontravam-se aqueles que defendiam uma aliança com Carlos V, vista como uma oportunidade para se estabelecer uma «eterna e firmíssima paz antre estes dous reynos tão vizinhos»; do outro, advogava-se que nenhum destes casamentos se devia realizar, visto que, por um lado, a saída da infanta do reino constituiria um importante encargo financeiro, enquanto, por outro, o rei ainda era jovem e não deveria ter pressa em casar, dado que a sua sucessão não se afigurava como um problema e que o acompanhamento da evolução do quadro externo poderia permitir a tomada de uma melhor decisão no futuro⁴⁰. Como já referi, D. João III optou pela aliança com Castela, para onde enviou Luís da Silveira. Entretanto, as relações de Portugal com Espanha seriam abaladas pela questão da disputa das ilhas de Maluco, chegando a implicar o congelamento das negociações matrimoniais de que o embaixador português se encontrava encarregado, mas que acabariam, contudo, por se concretizar: em 1525, D. João III casou com Catarina de Áustria, irmã do imperador; no ano seguinte Carlos V desposou Isabel de Portugal, irmã do monarca português. Mas voltemos a França, para onde D. João III também enviou um embaixador em 1522: João da Silveira.

A missão deste diplomata foi detalhadamente estudada por Margarida Garcez Ventura. Tanto quanto a documentação permite perceber, os contactos que Silveira desenvolveu na corte francesa não se relacionaram com quaisquer alianças matrimoniais, mas com a resolução de diversos problemas marítimos, que me escuso a descrever⁴¹. Saliento apenas que a cada vez mais intensa atividade corsária francesa deu azo a que se desenvolvesse, do lado português, uma grande animosidade em relação àquele reino e ao seu representante em Portugal, Honoré de Caix, segundo relatou ao

⁴⁰ F. ANDRADA, *op. cit.*, cap. XVI, pp. 34–5; A. I. BUESCU, *op. cit.*, pp. 164–6.

⁴¹ M. G. VENTURA, *op. cit.*, pp. 38–44. Sobre as questões marítimas entre Portugal e França neste período, consulte-se: Ana Maria FERREIRA, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Patrimonia, 1995.

imperador o seu embaixador em Lisboa, Juan de Zuñiga⁴². Tendo isto em conta, respondo à questão «Por que não uma aliança matrimonial de D. João III com França?» com dois argumentos.

1. Por um lado, no plano marítimo, era cada vez maior a rivalidade entre Portugal e França, tornando-se bastante frequentes nestas primeiras décadas do século XVI os conflitos entre agentes ou súbditos das duas coroas, a que se seguiriam, mais tarde, acesos enfrentamentos pelo controlo do Atlântico Sul⁴³.
2. Por outro, não era de todo conveniente para Portugal o abalo nas relações com Carlos V que uma aliança com Francisco I necessariamente implicaria. Havia muitos interesses em causa. Não nos podemos esquecer de que o imperador não era só um poderoso vizinho peninsular com capacidade para colocar em risco a segurança do reino. Era também, por exemplo, um dos maiores fornecedores de cereais das possessões portuguesas no Norte de África. Era também, talvez acima de tudo, o senhor que governava uma das principais regiões para onde Portugal escoava as mercadorias que obtinha no Oriente e no Atlântico: a Flandres⁴⁴.

Em síntese, partindo do princípio de que a D. João III não interessava intervir militarmente no conflito entre Carlos V e Francisco I, verifica-se que Portugal tinha muito mais a perder com uma aproximação à França do que à Espanha e ao Império, compreendendo-se, à luz desse jogo de interesses, a opção matrimonial do sucessor do *Venturoso*.

O infante D. Luís, as princesas francesas, e o ducado de Milão

Como dei conta no início deste estudo, o príncipe e depois rei D. João não foi o único filho de D. Manuel envolvido em negociações matrimoniais com a casa real francesa. Também o infante D. Luís, nascido em 1506, foi aventado como possível noivo quer de Renata, quer de duas das filhas de Francisco I. Essas hipóteses de enlace encontraram-se sempre associadas a

⁴² M. G. VENTURA, op. cit., pp. 50-1.

⁴³ João Paulo Oliveira e COSTA, «Portugal e França no século XVI. Aliados tácitos na Europa e rivais discretos no Atlântico» in *Mare Nostrum. Em busca da honra e da riqueza*, Lisboa, Temas e Debates, 2013, pp. 209-23, *maxime* pp. 217-21.

⁴⁴ João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA e Paulo Drumond BRAGA, «A conjuntura» in A. H. De Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. V («Portugal do Renascimento à Crise Dinástica»), [João José Alves Dias (coord.)], Lisboa, Editorial Presença, 1998. pp. 689-760, *maxime* pp. 735-6.

um objetivo porventura mais relevante: a obtenção para o infante português do governo do ducado de Milão.

Tanto quanto sei, essa ideia foi levantada pela primeira vez em 1521. Uma vez mais, é uma carta do embaixador de Carlos V em Lisboa, Cristobal Barroso, ao chanceler do imperador, Gattinara, que nos fornece alguns dados sobre este projeto, que terá sido delineado pelo *Venturoso* num contexto externo muito específico que importa apresentar em traços gerais.

Desde 1520, Carlos V lidava em Espanha com a famosa *Guerra das Comunidades*. Aproveitando a instabilidade que então se gerou na Península, um contingente militar francês tentou reconquistar Navarra para as mãos da casa de Albret⁴⁵. Em abril de 1521, Francisco I nega ao embaixador do imperador qualquer responsabilidade nessa intervenção, mas mostra-se disponível para enfrentar Carlos, começando aí, na prática, a guerra entre os dois, que teria como principal foco o ducado de Milão. Para a França, a participação nesse conflito revelar-se-ia plena de dificuldades, que iam desde a falta de dinheiro para financiar as operações à hostilidade manifestada pelos italianos, passando pelo apoio do papa Leão X ao imperador. Em agosto desse ano, o rei de Inglaterra, Henrique VIII, dispôs-se a mediar o conflito, através do cardeal Wolsey, seu *Lord Chancellor*. As negociações entre o Império e a França foram inconclusivas, e a guerra manteve-se até 1526, resultando numa pesada derrota francesa que incluiu a captura e aprisionamento do rei Francisco I⁴⁶.

A entrada de D. Manuel I e do infante D. Luís nesta história acontece no momento em que parecia haver alguma abertura das duas partes para negociar. Em 19 de setembro de 1521, Cristobal Barroso informa Gattinara de que também o rei de Portugal estava disposto a agir como mediador do conflito, e que até tinha uma solução concreta para o ducado de Milão: se Carlos V e Francisco I concordassem, esse território, em vez de ser devolvido à família dos Sforza, poderia ser atribuído ao infante D. Luís, como dote de um casamento a firmar entre este e a já tão referida cunhada do rei francês, Renata⁴⁷. As vantagens que Portugal obteria caso este acordo viesse a ser concretizado são muito mais evidentes do que aquelas que adviriam para as outras duas partes envolvidas, visto que, para aceitá-lo, teriam de abdicar do controlo de uma região importante que ambas ambicionavam deter. Compreende-se, por isso, que esta proposta de D. Manuel não tenha

⁴⁵ A dinastia de origem francesa que se encontrava no poder em Navarra à data da conquista deste reino por Fernando o *Católico*, em 1512.

⁴⁶ L. BÉLY, op. cit., p. 206.

⁴⁷ C. PIOT, op. cit., p. 61.

tido seguimento imediato. Alguns anos mais tarde, em 1535–1537, a ideia voltou a ser levantada. Mas, ainda antes disso, surgiu outra oportunidade de D. Luís vir a casar com uma nobre francesa.

Foi em 1527 que Francisco I encarregou Honoré de Caix de propor a D. João III o casamento do seu irmão com Renata ou com Madalena, a sua filha mais velha desde que, três anos antes, tinha falecido Carlota. Segundo Margarida Garcez, esta era uma altura em que o rei de França se esforçava por «tornar frágeis e sujeitas a constante desconfiança as relações entre Portugal e Espanha»⁴⁸. O embaixador português em França, João da Silveira, deu conta ao seu monarca das vantagens que encontrava na concretização deste matrimónio, e que passavam, em grande medida, pelo aproveitamento das qualidades políticas do infante D. Luís que, uma vez instalado no estrangeiro, alegava Silveira, seria capaz de alcançar uma grande influência no seu novo reino⁴⁹. D. João III, contudo, numa altura em que se iniciava a segunda guerra entre Carlos V e Francisco I, optou por preservar as boas relações que, em geral, tinha com o imperador, e que haviam sido reforçadas com dois casamentos nos anos anteriores.

Em 1535, levantou-se novamente a hipótese de D. Luís vir a obter o ducado de Milão, na sequência da morte sem descendência, em novembro desse ano, do duque Francisco Sforza. Iniciou-se então uma nova disputa entre o rei de França e o imperador: o primeiro queria que aquele território fosse atribuído ao duque de Orleães, enquanto o segundo preferia outros candidatos, como o infante português ou o filho do duque de Saboia. Por forma a agradar aos dois partidos, D. João III ter-se-á disponibilizado quer para pagar a Carlos V a concessão do título de duque de Milão ao seu irmão, quer para aceitar o casamento de D. Luís com uma filha do rei de França (que só poderia ser Margarida de Valois, dado que por essa altura a sua irmã mais velha, Madalena, já se encontrava comprometida com o rei da Escócia). Contudo, este projeto, uma vez mais, fracassou: em 1536, o imperador nomeou um nobre da sua confiança, o marquês de Vasto, regente de Milão; em 1540, atribuiu definitivamente esse ducado ao seu próprio filho, Filipe⁵⁰.

⁴⁸ M. G. VENTURA, op. cit., p. 70.

⁴⁹ Cf. a carta enviada por João da Silveira a D. João III em 27 de setembro de 1527, publicada em M. G. VENTURA, op. cit., pp. 166–8.

⁵⁰ Cf. Maria do Rosário Themudo BARATA, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 136–7; Sylvie DESWARTE-ROSA, «Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís», *Mare Liberum*, n.º 3 (1991), pp. 243–98, *maxime* pp. 255–7; I. M. R. M. BRAGA, op. cit., pp. 173–5.

A sempre noiva infanta D. Maria

Para terminar, abordo os negócios matrimoniais que envolveram a infanta D. Maria, assunto que foi tratado com detalhe em trabalhos recentes de Michel Combet e Paulo Drumond Braga⁵¹. Antes de analisar esses contactos, recorro a três factos: i) Maria era o único fruto do casamento de D. Manuel com Leonor de Áustria, tendo nascido em junho de 1521; ii) o contrato do último enlace do *Venturoso* determinava que, em caso de morte do rei, a rainha e os filhos que viessem a ter poderiam regressar a Castela⁵²; iii) nesse sentido, Leonor deixou o reino em 1523, mas Maria não, pois D. João III não o permitiu⁵³.

A primeira guerra entre Carlos V e Francisco I terminou em 1526, com a assinatura do Tratado de Madrid, e teve como momento mais marcante a vitória das forças do imperador na batalha de Pavia, onde o rei de França foi capturado e aprisionado. Entre as cláusulas do tratado de paz, encontravam-se estipulados os casamentos de Francisco I com a viúva de D. Manuel e irmã de Carlos V, Leonor, e do Delfim de França, também Francisco, com a infanta D. Maria, que assim passaria a viver no mesmo reino que a mãe⁵⁴. Tendo o Parlamento de Paris rejeitado este acordo, em 1529 foi assinado um novo tratado, o de Cambrai, também conhecido como *Paz das Damas*, em que se mantinha o enlace do rei de França com D. Leonor, mas não o dos seus filhos⁵⁵. Havia muitos interesses distintos envolvidos neste potencial negócio:

- a) para Leonor, seria uma forma de concretizar o desejo de voltar a ter junto de si a filha que tinha deixado muito pequena em Portugal;
- b) para Francisco I, afigurava-se como uma hipótese de aliança há muito desejada com um reino ibérico, que contribuiria simultaneamente para fortalecer a sua posição e debilitar a do seu principal rival;
- c) para D. João III, este seria um negócio caro, tendo em conta a fortuna da sua irmã⁵⁶ e a dimensão do seu dote (avaliado em 400 000 ducados

⁵¹ Michel COMBET, «Leonor de Áustria» in Isabel dos Guimarães Sá, Michel Combet, *Rainhas consortes de D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 203–325, *maxime* pp. 284–91; Paulo Drumond BRAGA, *D. Maria (1521–1577). Uma Infanta no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 89–108.

⁵² Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, pp. 660–71, *maxime* pp. 664–5.

⁵³ F. ANDRADA, *op. cit.*, cap. XX, pp. 43–5.

⁵⁴ Cf. Jean DUMONT (ed.), *Corps Universel Diplomatique du Droit des Gens*, Tomo IV, Parte I, Amsterdão, 1726, pp. 399–410, *maxime* pp. 403–4.

⁵⁵ Cf. J. DUMONT (ed.), Tomo IV, Parte II, pp. 7–17.

⁵⁶ Estudada em: Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A Infanta Dona Maria (1521–1577) e a sua fortuna no Sul de França*, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto, 1955.

alguns anos mais tarde⁵⁷), que poderia ter implicações negativas nas relações com o seu poderoso vizinho e cunhado Carlos V.

Em suma, este era um acordo que interessava mais a Francisco I do que a D. João III e, seguramente, a Carlos V. Compreende-se, por isso, que apesar de este casamento já não se encontrar previsto no tratado de Cambrai, o rei de França tenha encarregado Honoré de Caix de o negociar em 1532. O monarca português, contudo, continuou pouco interessado nessa proposta, e por isso, nas instruções que deu a Rui Fernandes de Almada, seu embaixador em França, em 1534, incentivava o seu representante a discutir com Francisco I os problemas marítimos que existiam entre os dois reinos, não tocando no assunto do casamento da sua irmã. Entretanto, coube ao imperador mover influências para que este enlace não se concretizasse, especialmente a partir do momento em que se reacendeu a disputa pelo ducado de Milão, em 1535. A morte do Delfim Francisco, em agosto de 1536, deitou por terra esta primeira hipótese de matrimónio em França de D. Maria, mas não terá interrompido os esforços de Francisco I e da sua mãe para que se mudasse para aquele reino⁵⁸.

Logo em 1537, D. João III, em instruções destinadas ao conde de Castanheira, seu embaixador enviado a Carlos V, referia as negociações para o matrimónio da sua irmã, certamente com o duque de Orleães, Carlos, um dos filhos mais novos de Francisco I. Em 1541, o bispo de Agde foi encarregado pelo monarca francês de vir a Portugal tratar desta questão e invocar dois argumentos: um de natureza jurídica («o cuidado de casar a jovem princesa incumbia naturalmente à sua mãe», e sendo já Maria maior de idade, nada a poderia impedir de mudar-se para França com todos os seus bens); outro de cariz sentimental (D. João III não poderia deixar de «comover-se, como príncipe cristão que era, com a separação já demasiado longa entre uma mãe e uma filha»). O rei de Portugal, contudo, foi demonstrando pouca vontade de dar uma resposta ao diplomata francês, adiando-a tanto quanto possível. Sabendo disso, a rainha de França enviou duas cartas, uma ao seu irmão, Carlos V, e outra à sua filha, D. Maria, apelando a uma concertação de esforços para viabilizar aquele casamento. O imperador, no entanto, foi pouco sensível ao pedido da irmã, e também ele enviou uma carta à sobrinha, na qual a «aconselhava a seguir mais os conselhos de um tio imperador do que de um padrasto que [...] a queria despojar dos seus bens». Pouco

⁵⁷ WITTE, Charles-Martial de (ed.), *Le Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal. 1532-1553*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980, p. 388.

⁵⁸ P. D. BRAGA, op. cit., pp. 91-94

depois, D. João III tomou a decisão que mais agradaria a Carlos V e informou o embaixador francês de que não aceitaria aquele matrimônio⁵⁹.

Estes terão sido os últimos grandes esforços no sentido de casar D. Maria em França. Segundo Paulo Drumond Braga, «não é impossível que alguém tenha almejado ver o próprio delfim, o futuro Henrique II [...] casado com a infanta D. Maria». Essa ideia poderá ter surgido em 1539, numa altura em que Catarina de Médicis se encontrava doente e em que se perspetivava a viuvez a breve prazo do sucessor de Francisco I. No entanto, a ter realmente existido, esse projeto revelar-se-ia completamente inviável, uma vez que Catarina ainda viveria mais 50 anos⁶⁰.

Em relação a D. Maria, o resto da sua vida é razoavelmente bem conhecido: reencontrar-se-ia com a mãe, quase quarenta anos após terem sido separadas, em janeiro de 1558, em Badajoz, onde passaram vinte dias juntas⁶¹; todos os outros projetos de casamento (com o duque de Richmond, com Henrique VIII de Inglaterra, com um rei da Polónia, etc.) seriam inconsequentes. Rica, órfã e solteira, Maria morreu em Lisboa em 1577.

Conclusão

Como se viu, foram bastantes as hipóteses de alianças matrimoniais entre Portugal e França que foram levantadas e negociadas entre 1515 e 1547, as datas extremas do reinado de Francisco I. Num contexto de sucessivas guerras entre este monarca e Carlos V, nenhuma delas acabou por se concretizar. Não terá sido por falta de esforço do rei de França, que através dos seus embaixadores procurou, em diversos momentos e com diferentes protagonistas, firmar acordos que lhe assegurassem um aliado peninsular contra o imperador. Mas D. João III, que em troca poderia obter garantias de redução do corso e da pirataria francesa no Atlântico, sem hostilizar Francisco, acabou por nunca aceitar as suas propostas. Apenas num dos casos, o do eventual casamento do infante D. Luís com uma princesa francesa, terá havido um grande interesse do lado português em chegar a um acordo, que Carlos V inviabilizou. Na realidade, durante o reinado de D. João III, só houve alianças matrimoniais com Espanha. Foram quatro⁶². Como já escreveu Joaquim Romero Magalhães, à escala ibérica, o imperador funcionava

⁵⁹ M. COMBET, *op. cit.*, pp. 289–91.

⁶⁰ P. D. BRAGA, *op. cit.*, p. 97.

⁶¹ M. COMBET, *op. cit.*, pp. 302–3.

⁶² O de D. João III com D. Catarina, irmã de Carlos V; o de Carlos V com D. Isabel, irmã do rei de Portugal; o de Filipe, filho do imperador, com D. Maria, filha de D. João III; e o de D. João, príncipe herdeiro de Portugal, com D. Joana, filha do casal imperial. Cf. J. J. A. DIAS, I. M. R. M. D. BRAGA e P. D. BRAGA, *op. cit.*, p. 737.

como um «chefe de família»⁶³. Daí que me pareça merecedora de reflexão (e, provavelmente, revisão) a aplicação do conceito de neutralidade à política externa do *Piedoso*. À letra, neutro é o que não intervém, não tem posição, não quer saber. Portugal não interveio militarmente nos conflitos entre Carlos V e Francisco I, é certo. Mas não esteve alheio a esses problemas, e a sua política matrimonial demonstra que tomou posições: esteve sempre ao lado do imperador.

Não foi, portanto, no tempo de Francisco I que se estreitaram relações familiares entre as cortes portuguesa e francesa. Na realidade, se olharmos à história da nossa monarquia, isso poucas vezes aconteceu. Rainhas portuguesas em França não houve. Rainhas francesas em Portugal houve três. A primeira foi Matilde de Bolonha, repudiada por D. Afonso III em 1253. Seguiu-se Maria Francisca de Saboia, que foi consorte de dois irmãos: D. Afonso VI, primeiro, e D. Pedro II, depois. A derradeira era filha do conde de Paris, e casou com um rei português quando a França já era uma república. O seu nome era Amélia. Foi a última rainha de Portugal.

⁶³ Joaquim Romero MAGALHÃES, «D. João III» in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III («Portugal no Alvorecer da Modernidade»), [Joaquim Romero Magalhães (coord.)], Lisboa, Editorial Estampa, 1997. pp. 449-55, *maxime* p. 452.

Apêndice 1 Cronologia das negociações de acordos matrimoniais entre Portugal e França

- 1510 — Primeira missão de João da Silveira em França, para estabelecer acordos de parentesco entre as duas Coroas.
- 1515 — Francisco I sobe ao trono de França. Aliança entre Francisco I e Carlos de Gand, senhor dos Países Baixos (futuro Carlos V), prevendo o casamento do nobre flamengo com Renata, cunhada do monarca francês.
- 1516 — Morte de Fernando *o Católico*, sucedendo-lhe Carlos no trono espanhol. Tratado de Noyon: a noiva de Carlos passa a ser Luísa, filha de Francisco.
- 1518 — Terceiro casamento de D. Manuel I, com Leonor de Áustria, irmã de Carlos.
- 1519 — Morre o imperador Maximiliano. Francisco e Carlos disputam o trono imperial. Carlos é eleito. Honoré de Caix, embaixador do rei de França, negocia em Portugal o casamento de Carlota, filha de Francisco, com o príncipe D. João.
- 1521 — Segundo o embaixador do imperador, decorrem negociações para casamento do príncipe D. João com Renata. Início da guerra entre Carlos V e Francisco I. D. Manuel disponível para intermediar conflito entre Carlos e Francisco, propondo o infante D. Luís para titular do ducado de Milão, casando com Renata. Morre D. Manuel I. Sobe ao trono D. João III.
- 1522 — Referência a missivas de Francisco I e da sua mãe a propor o casamento de D. João III com Renata. Início da segunda embaixada de João da Silveira em França (que se prolonga até 1530).
- 1523 — Honoré de Caix em Portugal para confirmar amizade entre Portugal e França e negociar o casamento de D. João III com Carlota ou Renata.
- 1524 — Assinatura do contrato de casamento de D. João III com Catarina de Áustria. Morre Carlota.
- 1525 — Casamento de D. João III com Catarina de Áustria.
- 1526 — Casamento de Carlos V com D. Isabel de Portugal. Fim da guerra entre Carlos V e Francisco I, com a assinatura do Tratado de Madrid, que prevê o casamento da infanta D. Maria com Francisco, Delfim de França.
- 1527 — Honoré de Caix propõe casamento do infante D. Luís com Renata ou Madalena.
- 1529 — Tendo o Parlamento de Paris rejeitado o Tratado de Madrid, assina-se o Tratado de Cambrai, que já não prevê o casamento de D. Maria com Francisco.
- 1532 — Honoré de Caix encarregado de negociar o casamento de D. Maria com Francisco.

- 1535 — Morre Francesco Sforza, duque de Milão. D. João III terá mostrado disponibilidade para pagar a concessão desse título ao infante D. Luís, que então casaria com Margarida de Valois.
- 1536 — Morre o Delfim Francisco.
- 1537 — Negociações em curso para casamento da infanta D. Maria com Carlos, duque de Orleães.
- 1541 — Bispo de Agde enviado por Francisco I a Portugal para negociar casamento da infanta D. Maria com o duque de Orleães.

Apêndice 2 Relação dos elementos das casas reais portuguesa e francesa que foram objeto de negociações matrimoniais entre os dois reinos

A. Portugueses

1. D. João — filho de D. Manuel I e D. Maria de Castela, nasceu em 1502. Tornou-se rei de Portugal em 1521 e casou com D. Catarina de Áustria em 1525. Morreu em 1557.
2. D. Luís — filho de D. Manuel I e de D. Maria de Castela, nasceu em 1506. Foi duque de Beja e nunca casou. Morreu em 1555.
3. D. Maria — filha de D. Manuel e D. Leonor de Áustria, nasceu em 1521. Foi duquesa de Viseu e nunca casou. Morreu em 1577.

B. Franceses

1. Renata — filha de Luís XII de França e de Ana da Bretanha, nasceu em 1510. Em 1528 casou com Hércules II, que se tornaria duque de Ferrara e Modena. Morreu em 1574.
2. Carlota — filha de Francisco I e de Cláudia, nasceu em 1516 e morreu em 1524.
3. Francisco — filho de Francisco I e de Cláudia, nasceu em 1518 e morreu em 1536.
4. Carlos — filho de Francisco I e de Cláudia, nasceu em 1522 e morreu em 1525.
5. Margarida — filha de Francisco I e de Cláudia, nasceu em 1523. Casou em 1559 com o duque da Saboia. Morreu em 1574.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

Corpo Cronológico, parte I, maço 27, n.º 27.

Fragmentos, caixa 3, maço 1, doc. 67.

Fontes Impresas e Bibliografia

ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello e Irmãos Editores, 1976.

BARATA, Maria do Rosário Themudo, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971.

BÉLY, Lucien, «Les temps modernes (1515–1789)» in Françoise Autrand *et al*, *Histoire de la Diplomatie Française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*, Paris, Editions Perrin, 2007.

BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond, *Península Ibérica: um espaço, dois reinos (inter-relações na época de Carlos V)*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

BRAGA, Paulo Drumond, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002, pp. 147–9.

BRAGA, Paulo Drumond, *D. Maria (1521–1577). Uma Infanta no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

BUESCU, Ana Isabel, «Honoré de Caix, embaixador de Francisco I na corte portuguesa» [texto inédito, apresentado no *Colóquio Internacional Portugal e a França no tempo de Francisco I. Política, Diplomacia, Relações Culturais*, que decorreu em Lisboa nos dias 2 e 3 de março de 2015].

COMBET, Michel, «Leonor de Áustria» in Isabel dos Guimarães Sá e Michel Combet, *Rainhas consortes de D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 203–325.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel I e D. João III (até 1533)*, ed. José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e, «Portugal e França no século XVI. Aliados tácitos na Europa e rivais discretos no Atlântico» in *Mare Nostrum. Em busca da honra e da riqueza*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.

DESWARTE-ROSA, Sylvie, «Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís», *Mare Liberum*, n.º 3 (1991), pp. 243–98.

DIAS, João José Alves, BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e BRAGA, Paulo Drumond, «A conjuntura» in A. H. De Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. V («Portugal do Renascimento à Crise Dinástica»), [João José Alves Dias (coord.)], Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 689–760.

DINIS, António Joaquim Dias (ed.), *Monumenta Henricina*, Vol. XIV, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1973.

DUMONT, Jean (ed.), *Corps Universel Diplomatique du Droit des Gens*, Tomo IV, Parte I, Amesterdão, 1726.

FARO, Jorge, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965.

- FERREIRA, Ana Maria, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Patrimonia, 1995.
- FRAGOSO, José Manuel, *A História Diplomática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 1997.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968.
- GUIFREY, Georges (ed.) *Chronique du roi François, premier de ce nom*, Paris, Librairie de la Société de l'Histoire de France, 1860.
- JACQUART, Jean, *François I^{er}*, Paris, Fayard, 1981.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, [2.^a ed.], Lisboa, Tribuna da História, 2006.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «D. João III» in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III («Portugal no Alvorecer da Modernidade»), [Joaquim Romero Magalhães (coord.)], Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 449-55.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, [3.^a ed.], Coimbra, Almedina, 2010.
- MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- MICHON, Cédric, *François I^{er}. Les femmes, le pouvoir et la guerre*, Paris, Belin, 2015.
- PIOT, Charles, «Correspondance politique entre Charles-Quinte et le Portugal de 1521 à 1522», *Compte Rendu des Séances de la Commission Royale d'Histoire, ou Recueil de ses Bulletins*, 4.^a série, Tomo 7 (1880). pp. 11-110.
- SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, Tomo III, Paris, J.P. Aillaud, 1843, p. LXIV.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Infanta Dona Maria (1521-1577) e a sua fortuna no Sul de França*, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto, 1955.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Notas sobre a embaixada de Honorato de Cais em Portugal 1523-1537», *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 1 (1969), pp. 161-94
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações Históricas entre Portugal e a França*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 78.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas Damas (1521-1577)*, [2.^a ed. fac-similada], Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1994, pp. 17-26.
- VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- VENTURA, Margarida Garcez, *João da Silveira. Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II. Um rei sem tempo*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- WITTE, Charles-Martial (ed.), *Le Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal. 1532-1553*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980.
- ZURITA, Jerónimo, *Anales de Aragón*, ed. Ángel Canellas López, ed. eletrónica José Javier Isso (coord.), Saragoça, Institución Fernando el Católico, 2003, Livro XV, cap. LVIII. Disponível em <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ebooks/id/2448>.